

Os assentamentos rurais são resultado de uma política social de Reforma Agrária que apresenta avanços e recuos em consonância às concepções e, principalmente, aos projetos sociais de governos federais. Nesse âmbito, os avanços – sem descartar as precariedades de cada contexto – foram sentidos em períodos cujos governos consideraram a criação de assentamentos rurais e de políticas de incentivo à permanência na terra. Essas eram alternativas que iam além da ocupação de um território, sobretudo no que se refere a oportunidades de trabalho, renda e moradia às milhares de famílias desassistidas por outras políticas públicas nos centros urbanos ou no próprio campo, em propriedades familiares.

Quando se parte do entendimento de que a terra deve ser utilizada para o trabalho e para a moradia, os movimentos sociais participam como um vetor de pressão para que o Estado desapropriar terras, crie assentamentos e implemente as políticas de financiamento a curto, médio e longo prazo, pois a permanência na terra é um dos caminhos de acesso aos direitos humanos nesse novo território atravessado por histórias, memórias, identidades e relações de gênero.

Há que se compreender que há caminhos e caminhantes nesse meio, que lutam pela educação do campo e no campo como um direito imprescindível para levar adiante a defesa de um projeto de sociedade igualitário em perspectivas identitárias, profissionais e econômicas, com ampla qualidade de vida. Por conseguinte, não há ponto de partida ou de chegada, mas, sim, o fazer cotidiano, a chegada de gerações nas escolas que agregam os saberes camponeses e tradicionais à luta da juventude para a conquista de uma formação popular acadêmica e técnica, com potência para enfrentar o avanço capitalista – esse sistema destrutivo dos ciclos da chuva e capaz de limitar a criatividade para inventar, reinventar, usar e reusar o que a natureza nos oferece.

Por isso e tudo mais que foi registrado nas linhas e entrelinhas dos textos deste número, especialmente no dossiê temático, a formação de educadoras e educadores do campo não é a partida ou a chegada, mas, sim, a travessia. Travessia essa que não é simples ou óbvia, mas permeada por um redemoinho de vidas e projetos que são trazidos a nós neste número, por meio de narrativas das memórias de lutas passadas e presentes, que não se findam, mas se recriam a cada ciclo histórico de recuos, como o que estamos presenciando.

Nós somos caminhantes do conhecimento popular, defendemos uma concepção de aprendizagem para a vida. Assim, com luta e suor, caminharemos sem perder a poesia, a sensibilidade e o sentido de protagonismo de nossa história, um protagonismo ávido por reconhecimento, por valorização da educação do campo e no campo. É nesse panorama que se compõe o décimo oitavo número da *Revista Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade* (PDRES) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Naviraí (CPNV), que traz o dossiê intitulado *Assentamentos Rurais e Educação do Campo: história, memória, identidades, relações de gênero e formação docente*.

Apesar do cenário adverso para a pesquisa e a produção científica brasileira, ocasionados fundamentalmente pela pandemia do novo coronavírus, um esforço coletivo foi feito para manter a periodicidade da publicação e, acima

de tudo, a qualidade do material apresentado.

Este número conta com a participação de pesquisadorxs de vários estados brasileiros. De Roraima ao Paraná, do Ceará ao Mato Grosso do Sul, são 77 autorxs de diferentes instituições do país que problematizam e discutem, em seus respectivos textos, temas relacionados aos assentamentos rurais e à educação do campo no dossiê mencionado, bem como sobre temas relacionados à educação, ao ensino e à profissão docente no fluxo contínuo da revista.

No texto de abertura do dossiê, intitulado *Educação do campo: percursos históricos e necessidades nos assentamentos rurais do município de Rorainópolis – RR*, Graciete Barros Silva e Janaene Leandro de Souza discutem a Educação do Campo no contexto dos assentamentos do município em questão, procurando evidenciar as preocupações constantes em relação às práticas dos professores, bem como os desafios da formação desses profissionais para poderem atuar nas instituições escolares do assentamento.

Célia Beatriz Piatti, José Roberto Rodrigues de Oliveira e Bruna Carolina de Oliveira Cardoso, em *A educação do campo e a escola do campo: ocupação, lutas e conquistas no Assentamento Pana, Mato Grosso do Sul*, buscam compreender a ocupação, a luta e a resistência de uma população engajada em seus direitos no município de Nova Alvorada do Sul, em Mato Grosso do Sul, estando, dentre eles, o direito à escola. Para isso, analisam as atividades realizadas em dois projetos de extensão desenvolvidos no município e realizam entrevistas com pessoas vindas dos assentamentos e dos acampamentos, que participaram da ocupação de terras, da luta e da resistência, obtendo conquistas sociais importantes.

No terceiro texto, *Educação do campo e saúde: análise de materiais didáticos produzidos pelo setor saúde do Movimento Sem Terra*, Cibele Lima dos Santos, Polyana Aparecida Valente e Denise Nacif Pimenta, analisam os materiais de saúde produzidos pelo Setor Nacional de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Setor Regional de Minas Gerais, destacando a relevância da Educação do Campo no processo de amadurecimento das produções didáticas inseridas no contexto da vida camponesa.

Na sequência, Louise Löbler e Maria Cristina Schefer, em *Depois da chuva que se planta: educação do campo, ensino médio técnico e de direito*, elaboram uma revisão de literatura a partir da necessidade de organizar um projeto de pesquisa sobre o Ensino Médio e Técnico na Modalidade Educação do Campo. De acordo com as autoras, a seleção dos artigos teve, como descritores, os seguintes termos: Educação do Campo, Ensino Médio, Educação Técnica, Direito Social e o MST dos últimos 10 anos, todas com recorte teórico-conceitual na perspectiva crítico social ou progressista.

No quinto texto do dossiê, *Atuação em classes multisseriadas em uma escola do campo e a parceria comunitária*, as autoras Andrieli Alves da Cruz Santin, Cristina Ide Fujinaga e Elaine Cristina de Oliveira discorrem sobre as práticas pedagógicas de uma escola do campo, no interior do Paraná, que possui organização multisseriada, e analisam os processos de formação das professoras e de ensino-aprendizagem na escola. A partir de entrevistas realizadas junto às docentes, as autoras concluem que o processo de ensino-aprendizagem acontece pela dinâmica e pelo protagonismo das professoras juntamente com a

comunidade escolar.

No sexto texto, *Reuso de águas cinzas na escola do campo irmã Tereza Cristina: uma proposta em construção*, Luís Moreira de Oliveira Filho, Érikson Alves Soares, Maria Ivanilda de Aguiar e Olienai de Oliveira Pinto analisam a proposta de reúso de água na Escola de Ensino Médio do Campo Irmã Tereza, como instrumento laboratorial de pesquisa dos educandos no campo experimental. A proposta objetiva apresentar às famílias dos educandos uma tecnologia de baixo custo, que pode ser replicada nos seus quintais produtivos, visando amenizar a deficiência hídrica e, conseqüentemente, propiciar maior segurança nutricional às comunidades dos territórios camponeses nordestinos, em face à escassez da água.

O dossiê avança com o texto de Solange Martins Oliveira Magalhães e Sílvia Adriane Tavares de Moura intitulado *Estágio curricular supervisionado: concepções dos acadêmicos do curso de licenciatura em Educação do Campo, Artes Visuais e Música (UFT) em Arraias, Tocantins*, no qual as autoras apresentam os resultados de uma pesquisa que buscou compreender as perspectivas de estudantes matriculados nos Estágios Curriculares Supervisionados I e II do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música na UFT, Campus de Arraias. O artigo se volta às experiências no estágio, que é considerado uma expressão da indissociabilidade da relação teoria e prática a partir de uma concepção de Educação do Campo crítica e contra-hegemônica.

Em *Contribuições da vivência de campo em aquicultura para educandos de curso técnico do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*, Ivo Thadeu Lira Mendonça, Ugo Lima Silva, Walter Santos Evangelista Júnior e Luciano Pires de Andrade investigam o aprendizado sobre as condições de utilização dos espaços, bem como os saberes mobilizados, as práticas empregadas e como o cotidiano confronta as experiências de educandos do curso de Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia em Serra Talhada/PE. Em tempo, destaca-se que esse curso é oferecido no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O nono texto, *"Querência da morte": o cotidiano de assentados e pré-assentados em Querência do Norte, Paraná*, escrito por Fábio da Silva Rodrigues, Eline Gomes de Oliveira Zioli, Evandro Luiz Gaffuri e Elisa Yoshie Ichikawa, apresenta a análise das estratégias, das táticas e das conveniências presentes no cotidiano dos assentados e pré-assentados no município de Querência do Norte, Paraná. Apoiados nas contribuições teóricas sobre cotidiano do historiador francês Michel de Certeau, em entrevistas de história oral, identificaram que, para manterem seu lugar de querer e poder, os "donos" das terras em Querência do Norte utilizavam a força para retirar os trabalhadores rurais (posseiros), antes mesmo da chegada do MST.

Em *As expressões da participação política da juventude na comunidade de Quieto, Assentamento 25 de Maio, Ceará*, Juliana Cristina de Mello, Paulo Henrique Campos da Silva e Virzângela Paula Sandy Mendes buscam compreender as contribuições do MST para a inserção e a participação política da juventude camponesa na respectiva comunidade. A partir de pesquisa realizada com os jovens do assentamento, demonstrou-se que o exercício de

momentos coletivos, culturais e de lazer, vivenciados no assentamento, estão carregados de expressões políticas de identidade com um processo de vida no campo e de relação com o MST, sendo que este último se configurou como espaço para a inserção e a participação da sua juventude.

Já *Narrativas da luta: história do assentamento Egídio Brunetto*, escrito por Lucas Jofre da Silva e Suzana Lopes Salgado Ribeiro, é o décimo primeiro texto do dossiê. Nele, os autores tratam do processo histórico de formação do Assentamento Egídio Brunetto, do MST, em Lagoinha-SP. Segundo eles, as narrativas provenientes das entrevistas orais formam o corpus analisado no artigo, levando à conclusão de que o MST se apresenta no cenário nacional como articulador de lutas no combate às desigualdades sociais e econômicas.

No texto *Mudanças climáticas e as percepções da juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT*, Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa e Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra fazem um estudo sobre a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT e a influência das mudanças climáticas em suas atividades agrícolas e cotidianas, buscando fazer uma abordagem qualitativa sobre a importância dos movimentos sociais e as ações adotadas para o enfrentamento desse fenômeno.

Na sequência, Guilherme Goretti Rodrigues, Dilenio Dustan Lucas de Souza e Ramofly Bicalho, em *Campesinato, movimentos sociais populares e a construção da hegemonia: contribuições do pensamento de Gramsci*, buscam compreender o lugar do campesinato no processo revolucionário, tomando como reflexão o protagonismo dos movimentos sociais populares no contexto brasileiro. Para isso, partem do pensamento filosófico, social, político-econômico e militante de Antônio Gramsci, que julgam ser essencial para a reflexão e análise acerca das tarefas políticas e educativas da classe trabalhadora, visando a construção de outra hegemonia, de homens e mulheres de novo tipo, que configure a superação do capitalismo e, conseqüentemente, o fim da exploração humana e de classes.

Luta pela terra e território: mulheres camponesas e os desafios na construção do Assentamento Oziel Alves, Porto Franco, Maranhão é o decimo quarto texto do dossiê. Nele, as pesquisadoras Rejane Cleide Medeiros de Almeida e Alessandra da Conceição Moraes abordam os desafios das mulheres camponesas na luta pela terra e pelo território no município de Porto Franco, estado do Maranhão, buscando analisar como ocorreu a participação das mulheres na luta pela formação do assentamento.

Por sua vez, em *Os saberes tradicionais e a utilização de plantas medicinais durante o período de pandemia da Covid-19*, Luís Moreira de Oliveira Filho, Juliana Fernandes da Silva Queiroz, Maria Ivanilda de Aguiar e Elisângela André da Silva Costa analisam como os saberes etnobotânicos, especificamente o das plantas medicinais, têm contribuído para o cuidado com a saúde das famílias de alguns estudantes em realidades divergentes da hegemônica, neste período de pandemia da Covid-19. A pesquisa foi feita em duas escolas: uma localizada na zona rural de Madalena, Ceará, e outra em Pacajus, região metropolitana de Fortaleza, Ceará.

No texto intitulado *Os efeitos da previdência rural para idosos e idosas de assentamentos de reforma agrária do pontal do Paranapanema, São Paulo*,

Danitielle Cineli Simonato e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco apresentam a percepção e a relação de idosos(as) assentados(as) de reforma agrária com o benefício da aposentadoria rural. A pesquisa foi realizada em seis assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – região oeste do estado de São Paulo. Segundo as autoras, os significados atribuídos ao benefício da aposentadoria foram: segurança, tranquilidade e felicidade. A pesquisa revelou ainda que, mesmo com o benefício da aposentadoria, os(as) idosos(as) ainda trabalham no lote e, no que se refere à relação família-aposentadoria-idosos(as), eles/elas vêm se tornando cada vez mais assistentes/provedores(as) da família do que assistidos(as)/protegidos(as) por elas, como se esperaria em outros momentos e contextos sócio-históricos.

Finalizando o dossiê, em *Entraves e soluções da comercialização: resultados do método-índice UFSCar para o PDS/Assentamento Santa Helena, São Carlos/SP/Brasil*, Terezinha Pinto de Arruda, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Daiane Roncato Cardozo e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante avaliam as condições de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)/Assentamento Santa Helena, município de São Carlos, estado de São Paulo, pelos métodos da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e do Índice da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Na sequência, na segunda parte do número dezoito da Revista Perspectiva em Diálogo, os textos de fluxo contínuo trazem discussões relacionadas à educação, ao ensino e à profissão docente no Brasil. No primeiro artigo desta seção, intitulado *As lutas nas aulas de Educação Física: o que este contexto escolar nos propõe?*, Vinicius Aparecido Galindo, Jederson Garbin Tenório e Jean Aragão Ronsó da Costa Lima analisam os jogos como ferramenta no ensino das lutas nas aulas de Educação Física (EF). Para eles, diante da defasagem que se percebe desse conteúdo em boa parte das escolas brasileiras, torna-se importante redimensionar o papel da luta como parte da própria cultura, uma vez que sua inserção no contexto escolar é fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e motor dos alunos.

No segundo texto dessa seção, *Esporte, saúde e prática pedagógica em Educação Física*, John Koumantareas e Rogério Cruz de Oliveira procuram compreender como ocorre a relação entre esporte e saúde na prática pedagógica de profissionais de Educação Física, no contexto de não formação de atletas – ou seja, nos espaços e locais onde a competição e a consequente profissionalização não constituem o objetivo final da prática, mas são vivenciadas para além da dimensão do esporte de rendimento.

Já em *Capoeira e corpo na interface com a tecnologia: a produção do conhecimento em dissertações e teses no Brasil*, Paulo Rogerio Barbosa do Nascimento procura identificar estudos das áreas de conhecimento da Educação Física e de outras que tratam dos temas *capoeira*, *corpo* e *tecnologias*, publicados entre 2009 e 2019. Sua pesquisa é bibliográfica/documental visando fazer o levantamento da produção de conhecimentos a partir de descritores específicos da base de dados da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A universidade pública para os jovens das classes populares: narrativas de superação e a luta por transformação social, de Francisca Denise Silva Vasconcelos, Luana Paiva da Silva, Roniel Sousa Damasceno e Bárbara Ellen Viana Sales, apresenta os significados das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas e sua importância para os jovens. De acordo com os autores, os relatos dos estudantes permitem compreender que sua entrada na universidade pública está vinculada à negação das instituições privadas de ensino superior, que trazem em seu bojo impossibilidades a esses sujeitos, bem como a superação de contextos de empobrecimento por meio da possibilidade de emancipação e concretização de seus projetos de vida.

Na sequência, no texto *As ruas contra o neoliberalismo? Manifestações em 2019 na América Latina, foco no Chile*, Fernando José Martins analisa as manifestações de rua no Chile no ano de 2019. De acordo com o autor, as análises evidenciam elementos similares no conjunto das manifestações, apresentando como característica comum a rejeição do modelo neoliberal hegemônico na América Latina.

No texto *As cidades sem cidadania: a percepção do sujeito perante o espaço público desapropriado da coletividade*, Rogério Rodrigues procura definir o conceito da percepção de como o sujeito representa para si o espaço público numa perspectiva crítica, partindo da hipótese de que a modernidade produz cidades em que nos encontramos desapropriados de nossos territórios, estando em espaços antagônicos para o exercício da cidadania.

O sétimo texto desta seção chama-se "*Diretrizes antecipadas de vontade*": estudo sobre a (im)possibilidade do seu reconhecimento pelo ordenamento jurídico brasileiro, escrito por Iara Lúcia Tcchio Mezomo, Marlete Turmina Outeiro. Neste artigo, as autoras têm por objetivo verificar até que ponto a possibilidade da manifestação da vontade dos pacientes em estado terminal é reconhecida como válida no ordenamento jurídico brasileiro.

No oitavo texto, intitulado *Mapeamento de metodologias de avaliação de projetos sociais*, Patrícia Peres Rodrigues, Bruna Angela Branchi e Cibele Roberta Sugahara afirmam que as organizações sociais desenvolvem programas que contribuem para o bem-estar social e o atendimento de lacunas do setor público ao fomentar o exercício da cidadania de forma direta e autônoma, considerando que o conhecimento dos impactos desses programas é fundamental na comunicação com os diferentes *stakeholders*. A partir de uma pesquisa bibliográfica descritiva-explicativa, as autoras fazem o mapeamento das metodologias de avaliação dos impactos de programas sociais. As bases consultadas foram SciELO, Scopus e BDTD, com o objetivo de investigar a produção científica sobre o tema das metodologias de avaliação de programas sociais ao longo dos últimos dez anos.

Na sequência, em *Percepção dos professores sobre o ensino remoto emergencial durante a pandemia da Covid-19, na Vila de Carapajó/Cametá, Pará*, Lays do Carmo Cavalcante Trindade, Lorena Fonseca do Carmo e Bruno Andrade da Silva trazem os resultados de uma pesquisa exploratória sobre o tema do Ensino Remoto Emergencial (ERE), que tem o objetivo de compreender a percepção dos professores sobre o ERE. Durante o estudo, foi observado que a maioria dos professores permaneceu ministrando aulas de maneira remota e

disponibilizando materiais para seus alunos. Contudo, observou-se que não foi ofertado curso de capacitação para a utilização de recursos tecnológicos aos professores.

Por sua vez, *Trabalho decente para pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho*, escrito por Patrick Verfe Schneider, Cibele Roberta Sugahara, Bruna Angela Branchi e Edson Keyso de Miranda Kubo, traz a análise das práticas adotadas por empresas em relação à inclusão social da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, por meio da visão dos gestores de profissionais com deficiência a fim de apontar como a Lei de Cotas (8.213/91) contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientado para o trabalho decente (n.º 8 da Agenda da ONU para 2030). Como resultado, afirmam os autores, a pesquisa identificou que há uma intersecção parcial entre a Lei de Cotas e o objetivo nº 8 do ODS, uma vez que, quando a pessoa com deficiência consegue uma função remunerada, o elemento equidade demonstrase como uma barreira a ser transposta pelo universo laboral no que tange à progressão de carreira.

No último texto da seção, intitulado *Narrativa (auto)biográfica de experiência como gestora ingressante em escola pública do estado de São Paulo*, Juliane de Sousa Silva Muraro relata a sua experiência como gestora ingressante em uma escola de Ensino Fundamental e Médio no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo. A partir da narrativa autobiográfica, o objetivo do texto foi o de contribuir para as investigações sobre a transição do “ser professor” para o “ser gestor” no processo de construção da identidade profissional dentro de uma nova carreira.



Por fim, a edição número 18 da *Revista Perspectivas em Diálogo* apresenta a terceira seção, destinada à publicação de resenhas. Nela, Vinícius Barbosa Cannavô e Tainá Suppi Pinto apresentam a resenha do livro *Imagens do pensamento: sociedade hipercomplexa e educação remota*, organizado por Adilson Cristiano Habowski e Elaine Conte, publicado pela editora Pimenta Cultural, no ano de 2020.

Concluimos, assim, este editorial, refletindo sobre a situação da pesquisa científica em nosso país. É fato que o Brasil e o mundo vivem momentos difíceis. Todavia, a crise sanitária e econômica é acompanhada por uma crise da razão, com tentativas de pôr em xeque a ciência e toda a sua secular produção. Na contramão da maioria dos países – que mantiveram ou mesmo aumentaram os recursos financeiros destinados à pesquisa científica –, o Brasil reduziu drasticamente as verbas para o setor, inviabilizando, por exemplo, a manutenção e a criação de novos programas de pós-graduação e, consequentemente, a pesquisa no âmbito das universidades e demais centros de pesquisa.

O problema é que não há soberania nacional sem ciência e tecnologia próprias. Não há povo livre e emancipado sem educação de qualidade. Dessa forma, a entrega de mais um volume da *Revista Perspectivas em Diálogo* ao grande público, com o dossiê sobre assentamentos rurais e educação do campo, em tempo de pandemia e de cortes de verbas para o setor de ciência e tecnologia, não constituiu tarefa fácil. Todavia, aí está. Esperamos estar contribuindo de forma direta para o avanço da ciência em nosso país, bem como

para a reflexão qualificada sobre os problemas da sociedade brasileira, visando, sobretudo, a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática e solidária.

Sem mais, agradecemos a todos(as) os(as) nossos(as) colaboradores(as).
Boa leitura!

Aldenor da Silva Ferreira 
Marisa de Fátima Lomba de Farias 
Editores.
Naviraí, 15 de dezembro de 2021.